



Boletim Rede de Estudos Rurais

ANO 13 - NÚMERO 53 - DEZEMBRO/2025



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39

  redesrurais  redesrurais.org.br

Mensagem da Diretoria

Caras e Caros associadas (os)

Nesta última edição do boletim de 2025, queremos expressar nossa profunda gratidão a todos os associados da Rede de Estudos Rurais pela confiança depositada em nossa gestão. Graças a essa confiança, pudemos fomentar discussões relevantes sobre temas rurais, reunir pesquisadores e estudiosos da área e estimular o intercâmbio de experiências de pesquisa.

Uma das ações que concretiza esse objetivo é o Encontro Bienal da Rede. O 11º Encontro, realizado em setembro em Vitória da Conquista, contou com a participação de 280 pessoas e teve como tema central as (In)justiças sociais e ruralidades em tempos de emergências climáticas. Debates diversos temas à luz da crise climática e seus impactos nas populações rurais e sua relação com os sistemas naturais, promovendo um rico intercâmbio de conhecimentos nas mesas e nos 14 grupos de trabalho que estruturaram o evento.

O balanço do Encontro é extremamente positivo. Além de ter sido o maior evento já realizado pela Rede, destacamos três aprendizados importantes. Primeiro, a importância do apoio solidário dos associados, que se empenharam de diversas formas para o sucesso do 11º Encontro. Segundo o reconhecimento de que a interdisciplinaridade e a capilaridade regional são ativos essenciais da Rede, qualificando-a para debater as realidades rurais brasileiras. Por fim, compreendemos que a essência da Rede está no compromisso duplo com o bem-estar humano e a transição para a sustentabilidade.

A gestão colaborativa e a troca de conhecimentos, orientadas pelos princípios

e objetivos que dão coesão à Rede, são os pilares que a sustentam. Trabalhar em Rede é um esforço diário, composto por pessoas que fazem parte de grupos específicos de pesquisa e tecem laços entre si, formando um emaranhado denso e frutífero de conhecimentos e experiências. Esta é nossa Rede, e nosso dever é reconhecê-la como parte dela para aproveitar sua força e manter nossa posição como um grupo de referência nos estudos rurais.

Por fim, agradecemos a participação de Ruth Almeida e Ademir Cazella nesta edição do boletim por compartilharem suas reflexões sobre juventude rural e políticas públicas para o desenvolvimento territorial, temas abordados por eles no 11º Encontro. Boa leitura!

Diretória da rede de Estudos Rurais 2024-2025

DIRETORIA

Mireya Valencia Perafán (UnB)
Silva Aparecida Zimmermann (UFRRJ)
Henrique Carmona Duval (UFSCar)
Roberto de Sousa Miranda (UFAPE)
Paulo Rogers da Silva Ferreira (IMS/ UFBA)

CONSELHO FISCAL

Alfio Brandenburg (UFPR)
Luis Henrique Hermínio Cunha (UFCEG)
Washington Ramos dos Santos Junior (UESB)

CONSELHO CONSULTIVO NACIONAL

Arilson Favareto (UFABC)
Betty Nogueira Rocha, brasileira (UFRRJ)
Catia Grisa, brasileira (UFRGS)
Cimone Rozendo de Souza (UFRN)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazonia Oriental)
Flaviane de Carvalho Canavesi, (UnB)
Janaína Deane de Abreu Sá Diniz (UnB)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)
Leticia Andrea Chechi (UFRB)
Lívio Sérgio Dias Claudino (Unifesspa)
Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Opinião

Ademir Antonio Cazella

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
SFDT/MDA

A força dos territórios: a retomada da política de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil

A recondução da política de desenvolvimento territorial sustentável pelo Governo Federal decorre da mobilização de organizações sociais ligadas à agricultura familiar, que pressionam pela reinclusão do tema na agenda pública federal desde 2023. Diferente de 2003, quando o protagonismo partiu do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a atual fase reflete a força, sobretudo no Nordeste, de organizações territoriais que mantiveram ativa a articulação política mesmo após o desmonte da política territorial entre 2016 e 2022.

A política implementada entre 2003 e 2016 resultou na criação de 243 territórios rurais, configurando um processo inovador de gestão participativa. Com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em 2023, a atual Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT) assumiu a coordenação das políticas de crédito fundiário, territorial e florestas produtivas. Dentre as principais diferenças estruturais de cada uma delas, cabe mencionar que a política de crédito fundiário se manteve no período de desmonte e a política de florestas produtivas, ganhou prioridade em função da COP 30. Já a política territorial foi completamente desativada em 2016.

O desmantelamento ocorrido entre 2016 e 2022 não representou a total desarticulação da política territorial. Em especial da região Nordeste, o planejamento territorial foi incorporado como estratégia de governos e uma rede de dirigentes de Colegiados Territoriais seguiu ativa. Entre



Ademir Antonio Cazella (Foto: Arquivo Pessoal)

2023 e 2024, a SFDT contou com o apoio das Superintendências do MDA nos estados e da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT) para promover seminários estaduais e o Seminário Nacional de Desenvolvimento Territorial, que consolidou o compromisso político de reativar a agenda territorial. Até outubro de 2025, 174 territórios foram validados pelo Conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável (Condraf), sendo 109 no Nordeste, evidenciando a liderança regional no processo.

Entre as iniciativas correlacionadas à política territorial, destacam-se o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), voltado à redução da pobreza no semiárido, e o Programa PAS Nordeste, inspirado no Programa Territórios da Cidadania, que vem articulando parcerias intergovernamentais para apoiar e integrar os territórios validados pelo Condraf na Região Nordeste.

No entanto, a limitação orçamentária permanece como o principal desafio, agravado pela ausência dos recursos do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais. A mobilização de emendas parlamentares tem sido uma alternativa para manter ações estratégicas.

Outra medida relevante é a reativação do Sistema de Informações Territoriais (SIT), que modernizou sua estrutura para oferecer dados atualizados sobre políticas públicas aos atores territoriais. Essa ferramenta fortalece a transparência e a gestão descentralizada das políticas de desenvolvimento.

A retomada da política territorial reflete o aprendizado coletivo e a valorização da participação social, demonstrando que o desenvolvimento sustentável exige cooperação entre poder público e sociedade civil. Apesar das restrições orçamentárias e da falta de apoio de alguns governos estaduais e

municipais, a força das organizações sociais constitui um contrapeso político fundamental diante dos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e as desigualdades regionais. O último Encontro da Rede de Estudos Rurais evidenciou a relevância das contribuições da pesquisa e extensão pública nesse processo, seja apoiando os integrantes dos Colegiados Territoriais nos seus esforços de rearticulação, concepção e captação de recursos para projetos territoriais, seja nas atividades preparatórias para a 3ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que acontecerá em março de 2026.

Opinião

Ruth Helena Cristo Almeida

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

Juventudes Rurais no Brasil: Permanências, Lutas e Horizontes

Refletir sobre as juventudes rurais no Brasil é reconhecer um campo em transformação acelerada, no qual desigualdades históricas convivem com novas formas de protagonismo. Por muito tempo, o discurso dominante anunciava o “fim do rural”, projetando os jovens como naturalmente voltados para a migração. Entretanto, esse imaginário tem sido tensionado de maneira profunda. As juventudes rurais mostram força política e criatividade ao reinventar práticas produtivas, disputar sentidos de desenvolvimento e afirmar modos de vida fortemente enraizados nos territórios, recusando leituras simplificadoras sobre suas trajetórias.



Ruth Helena Cristo Almeida (Foto: Arquivo Pessoal)

Pesquisas clássicas já indicavam a centralidade da juventude para a reprodução social da agricultura familiar (Wanderley, 2000). No entanto, estudos contemporâneos evidenciam que essa permanência não é

mais uma continuidade automática: ela é negociada, desejada ou recusada a partir de expectativas de autonomia, de valorização dos saberes locais, de acesso à escolarização, de reconhecimento social e de possibilidades concretas de geração de renda (Castro, 2013; Carneiro & Castro, 2020). Permanecer no campo, hoje, significa muito mais do que “ficar”: envolve reexistir de forma ativa, articulando saberes tradicionais, tecnologias digitais, agroecologia, cooperativismo e práticas inovadoras de comercialização.

A pluralidade das juventudes rurais brasileiras — indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, assentadas, pescadoras artesanais, entre outras — desafia qualquer tentativa de homogeneização. Cada grupo enfrenta tensões específicas, sobretudo relacionadas ao acesso à terra, à infraestrutura, à educação contextualizada, às políticas públicas e à participação política (Pereira, 2019). Soma-se a isso a recente fragilização das políticas de juventude, da assistência técnica e das políticas de desenvolvimento rural, que ampliam vulnerabilidades e desigualdades. Entre as jovens mulheres, essas tensões se intensificam: seguem sendo responsáveis pelo cuidado familiar, enfrentam maior sobrecarga de trabalho e menor reconhecimento social, acumulando obstáculos para permanecer e prosperar no campo (Paulilo, 2016; Tavares, 2021).

Outro eixo crucial é o impacto das mudanças climáticas na vida juvenil. Em várias regiões, eventos extremos, insegurança hídrica, degradação ambiental e redução da produtividade agrícola têm provocado incertezas, redefinindo estratégias de trabalho e até renovando o desejo de migrar (Silva & Schneider, 2022). Apesar disso, jovens têm protagonizado ações de mitigação e adaptação climática, fortalecendo práticas agroecológicas, retomando sementes crioulas, liderando iniciativas de restauração ambiental e defendendo os bens comuns — especialmente em territórios amazônicos, quilombolas e de reforma agrária.

A conectividade digital surge como outro vetor transformador. Longe de se limitar ao entretenimento, a internet amplia horizontes culturais, possibilita redes de solidariedade política, fortalece coletivos juvenis, viabiliza a venda de produtos e dá visibilidade às lutas territoriais (Büll, 2018). Essa geração está mais conectada, mais crítica e mais consciente de seus direitos, disputando narrativas sobre o que significa viver no campo no século XXI.

A literatura recente aponta caminhos promissores para aprofundar o debate: investigar de modo mais integrado as intersecções entre gênero, raça e ruralidade; compreender os efeitos estruturais das mudanças climáticas; analisar o papel das tecnologias e das redes digitais; e retomar a centralidade das políticas públicas — especialmente formação, crédito, acesso à terra, infraestrutura e apoio às organizações juvenis — como condições indispensáveis para garantir permanência com dignidade.

As juventudes rurais brasileiras têm sido faróis de futuro. Observá-las, ouvi-las e produzir conhecimento a partir de suas experiências não é apenas uma tarefa acadêmica: é um compromisso ético e político com um Brasil que continua a florescer desde seus territórios, mesmo diante de tantas desigualdades e pressões externas.

Referências

- Büll, A. (2018). *Juventudes Rurais e Conectividade Digital*.
- Carneiro, M. J., & Castro, E. G. (2020). *Juventudes Rurais e Dinâmicas Sociais*.
- Castro, E. G. (2013). *Ser Jovem e Ser Rural no Brasil*.
- Paulilo, M. I. (2016). *Trabalho, Gênero e Juventude Rural*.
- Pereira, J. (2019). *Territórios, Juventudes e Direitos*.
- Silva, C., & Schneider, S. (2022). *Mudanças Climáticas e Ruralidades*.
- Tavares, M. (2021). *Mulheres Jovens no Campo*.
- Wanderley, M. N. B. (2000). *A Ruralidade no Brasil Contemporâneo*.

Leitura Recomendada

Por Mireya Valencia

UnB -PPCA e Rede de Estudos Rurais

“Caminhos para a transição do sistema agroalimentar: desafios para o Brasil”, publicado pela Editora Senac

Há temas de difusão recente, complexos e que envolvem uma multiplicidade de interesses poderosos e reativos às transformações ainda que essas sejam indispensáveis à sustentabilidade da vida no planeta – e até aos próprios interesses de médio prazo dos responsáveis pela situação atual. Um exemplo típico desse quadro é o do esgotamento do sistema agroalimentar global e da urgência de uma transição para um novo sistema que não se limite a inovações de nicho, mas sejam suficientemente amplos e abrangentes para modificar o ambiente institucional.

Para que essa modificação ocorra, levando à superação da tríplice monotonia que caracteriza o sistema atualmente dominante – as imensas áreas utilizadas na produção de um número reduzido de cultivos e rebanhos, o combate sistemático a insetos, espécies vegetais nativas e microrganismos, com o consequente empobrecimento da biodiversidade. O terceiro elemento dessa monotonia é a expansão avassaladora do consumo de alimentos ultraprocessados.

Com muita frequência, o debate sobre temas tão recentes e polemizados pela confrontação entre as práticas e crenças vigentes e seu questionamento se dá entre o lobby dos interesses estabelecidos e sua contestação, muitas vezes mais apaixonada e militante do que fundamentada. Por isso a importância deste “Caminhos para a transição do sistema agroalimentar – desafios para o Brasil”, organizado por dois reconhecidas autoridades da pesquisa científica e expoentes do esforço pela conscientização



nacional sobre a importância e a urgência da mencionada transição. Com seu livro, Ricardo Abramovay e Arilson Favareto não se limitam a apresentar, de forma clara e sólida, um referencial teórico e um levantamento preliminar sobre o processo de transição agroalimentar. Porque é disso que se trata: é urgente, mas não será alcançada de maneira brusca e disruptiva. Em parte por isso, a crítica ao sistema que se expandiu mundialmente e com notável sucesso no Brasil há cerca de 60 anos, não é recente, mas só ganhou consistência a partir da emergência de numerosas inovações sociotécnicas que respaldem a proposta de transição.

A sustentar o referencial teórico e às inovações sociotécnicas que viabilizam e tornam imprescindível a transição os autores reuniram cinco trabalhos sobre aspectos estruturantes da tríplice monotonia: nas produções agrícolas, nos sistemas de produção de aves e suínos (abordando a questão importantíssima do bem-estar animal e do risco de resistência a antibióticos), dos sistemas de produção de bovinos, do papel da distribuição e comercialização de alimentos na geração da monotonia nas dietas e o cenário da transição alimentar no Brasil e suas implicações.

O Brasil tem um papel central a

desempenhar na transição do sistema agroalimentar não apenas pela dimensão de sua produção, participação na distribuição e comercialização global, mas também de seu mercado consumidor. Ser um ativo relevante nesse processo não é uma questão trivial. É preciso ter em conta que, como dizem os autores em sua introdução, “O

sistema agroalimentar é composto por milhões de agricultores, unidades industriais, estabelecimentos comerciais e consumidores, atores econômicos cujas relações se estabilizam em torno de padrões que não se alteram nem por decisão hierárquica nem por estímulos de mercado.” É por isso que este livro precisa ser lido e discutido.

Publicações e eventos

clique nos títulos
para acessar os links

Livro: O Futuro na Mesa: A Política de Segurança Alimentar e Nutricional frente à Emergência Climática (2025)

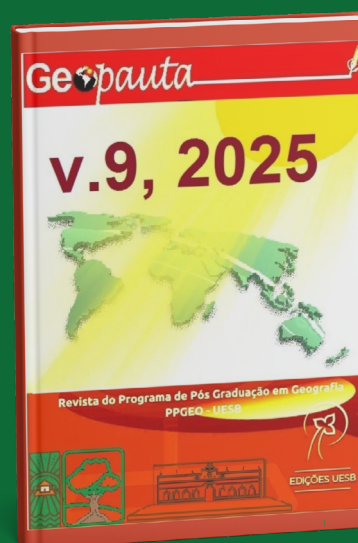
Organizado pelo MDS em parceria com a FAO, a publicação reúne análises, dados e experiências de diferentes territórios para mostrar como a crise climática afeta diretamente a segurança alimentar no Brasil. Além disso, aponta caminhos para políticas públicas mais integradas, eficazes e alinhadas às necessidades do presente, especialmente no enfrentamento às desigualdades e na proteção das populações mais vulneráveis.



Dossiê: (In)justiça social e ruralidades em tempos de emergências climáticas

Geopauta: Revista de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), associada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (2025)

Revista Geopauta, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB, tem por objetivo publicar artigos inéditos sobre temáticas pertinentes à Geografia e áreas afins.



Evento: 64º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural e XVI Congresso Mundial de Sociologia Rural

Promovidos pela Associação Internacional de Sociologia Rural (IRSA) e pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)

Data: 19 a 23/07/2026

Local: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre (RS)

As submissões ao XVI Congresso Mundial de Sociologia Rural (IRSA) estão abertas até 18/12/2025.

Já as submissões ao 64º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) iniciam somente em 27/01/2026.



MEMÓRIAS DO 11º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS

FOTOS: MIREYA VALENCIA PERAFÁN E JULIA SAGGIORATTO



Associe-se à Rede de Estudos Rurais!

Agora a Rede está com facilidade e novas formas de pagamento para as anuidades dos associados.

Esta é uma ótima oportunidade para você colocar a anuidade em dia, pois estamos com a opção de parcelamento do valor no cartão de crédito e pagamento via PayPal para pessoas que residem fora do Brasil.

Também temos outras opções de pagamento, como:



PayPal



Pix



Cartão
de crédito



Casas
lotéricas

Boleto
bancário

A Rede de Estudos Rurais deseja a todos os sócios, sócias e a quem nos acompanha que o novo ano que vem chegando seja de muitas trocas, aprendizados e, acima de tudo, de continuidade da luta por justiça no meio rural.

Seguimos animados com as novidades que vem por aí!



Rua Evaristo da Veiga, 47, sala 902, centro
CEP 20031-040 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ 10.269.919/0001-39

redesrurais redesrurais.org.br